

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ESCOLA BOSQUE DE OUTEIRO: UM MODELO DE SUSTENTABILIDADE, EM BELÉM DO PARÁ

Domingo Eduardo Nascimento Viana

Mestrando. Veni Creator Christian University.

<https://orcid.org/0009-0009-1687-3520>

E-mail: eduardonvg@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1-26>

RESUMO: Este artigo objetiva abordar a relevância da Educação Ambiental no contexto escolar, com ênfase na Escola Bosque, analisando a sua trajetória, seu papel na formação ambiental dos estudantes e os impactos das suas práticas pedagógicas para a comunidade local. A motivação que justifica este estudo relaciona-se ao fato de a instituição ser reconhecida como um modelo de sustentabilidade, integrando práticas educacionais inovadoras e sustentáveis com a preservação ambiental. A análise fundamenta-se em dados documentais e bibliográfico, estudos acadêmicos e relatórios institucionais, além de relatos de práticas desenvolvidas. Buscou-se evidenciar como a instituição contribui para a construção de uma cidadania ambiental crítica e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Escola Bosque. Sustentabilidade. Informação Ambiental. Amazônia. Belém do Pará.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE BOSQUE DE OUTEIRO SCHOOL: A MODEL OF SUSTAINABILITY, IN BELÉM DO PARÁ

ABSTRACT: This article aims to address the relevance of Environmental Education in the school context, with an emphasis on Escola Bosque, analyzing its trajectory, its role in the environmental training of students and the impacts of its pedagogical practices on the local community. The motivation that justifies this study is related to the fact that the institution is recognized as a model of sustainability, integrating innovative and sustainable educational practices with environmental preservation. The analysis is based on documentary and bibliographic data, academic studies and institutional reports, in addition to reports on practices developed. We sought to highlight how the institution contributes to the construction of critical and transformative environmental citizenship.

KEYWORDS: Environmental Education. Escola Bosque. Sustainability. Environmental Information. Amazon. Belém Do Pará.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é um elemento fundamental no enfrentamento das crises socioambientais contemporâneas, demandando práticas educativas que integrem saberes ecológicos, sociais e culturais.

A necessidade de uma educação ambiental mais factível e expressiva está se tornando cada vez mais urgente e importante. A relação entre a natureza e o tipo de uso que

a humanidade faz dos recursos provenientes dela, são fatores relevantes e a chave para o sucesso da sobrevivência do ser humano no planeta nos próximos milênios, especialmente nos aspectos econômicos e de qualidade de vida e bem-estar.

A gravidade de discutir temas relevantes à sobrevivência com qualidade do ser humano tais como drogas, prostituição, desestruturação familiar, miséria, divisão social, lixo, moradia, saneamento, reflorestamento, poluição visual, atmosférica, sonora e questões físicas ambientais, é tarefa atribuída à Educação Ambiental. Nesse contexto, têm um papel preponderante, no intuito de chamar atenção da sociedade para a escolha de progresso que o ser humano escolheu e mediar formas de novas alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

É importante ressaltar que a humanidade precisa seguir outra forma de progresso. Diegues (2001, p. 27) alega que:

Para que o desenvolvimento assegure a saúde e a vitalidade da vida, cultura humana e o capital natural, para o presente e futuras gerações. Tais sociedades devem parar as atividades que servem para destruir e encorajar aquelas que servem para conservar o que já existe recuperar o que foi destruído, e prevenir futuros danos.

O maior desafio de todos é tentar conciliar interesse conflitante. Para que um pacto surta efeito positivo, torna-se necessário, que a sociedade saiba pressionar e cobrar das agentes ações construtivas e criativas a partir de direitos e obrigações compartilhadas.

Deve-se humildemente reconhecer que somos poluidores e predadores. Tanto os produtores como os consumidores devem ser responsáveis pelos efeitos de sua ação sobre o meio ambiente, a qual irá comprometer seu próprio futuro.

O consenso resultará se o diálogo for bem encaminhado. Cada um de nós é capaz de dar o exemplo, conscientizar, cobrar, exigir fiscalização, e até sugerir propostas de intervenções como forma de democracia participativa.

A questão ambiental deve ser tratada como um dos instrumentos do próprio desenvolvimento. Daí ser fundamental vencer a mentalidade que contrapõe progresso à preservação.

Não somos apenas passageiros da nave terra. Devemos agir como tripulantes, responsáveis pelo seu destino. De fato, nada polui mais, depreda mais e corrompe mais

do que a miséria programada, a preguiça de pensar e agir manipulado por dinheiro.

A Educação Ambiental é fundamental para promover a conscientização ecológica e a construção de uma sociedade sustentável. De acordo com Berna (2006), a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo crítico e transformador, que visa à formação de sujeitos capazes de refletir e agir frente aos problemas ambientais. Nesse cenário, a Escola Bosque de Outeiro, criada em 1993, ganha maior relevância, dada a importância ecológica e sociocultural da ilha. Destacando-se como uma referência estadual em práticas educacionais sustentáveis, promovendo a integração entre o ambiente escolar, a comunidade local e os ecossistemas amazônicos, formando cidadãos capazes de interagir de forma sustentável com os recursos naturais do espaço vivido.

Muito se tem propagado o desenvolvimento humano sustentável, mas para alcançá-lo, precisa-se entender o processo histórico, no qual vem sendo implementado o atual paradigma de desenvolvimento. O conceito de Desenvolvimento Sustentável é originário do conceito de Desenvolvimento Econômico. Para entender esta conceituação, faz-se necessário analisar a história econômica do século XX.

O conceito de Desenvolvimento Econômico começou a ser utilizado a partir do final da Segunda Grande Guerra, quando os vencedores do conflito começaram a se preocupar com a reconstrução dos países derrotados e daqueles países que foram palco dos conflitos via a formação de instituições mundiais de harmonização de interesses e de práticas econômicas, bem como de uma teoria econômica que confiava na ação reguladora do Estado a possibilidade de geração de taxas de crescimento elevadas.

Franco, ressalta que a *“Teoria de Keynes, foi a teoria econômica que serviu de base para a ideologia desenvolvimentista em função das peculiaridades do período em que foi formulada: a crise econômica dos anos 30”* (2000, p. 25). Neste período, o grande problema a ser enfrentado era o desemprego tanto da mão-de-obra quanto do capital. Para aquele momento, que se manteve até o início dos anos 70, o grande desafio era o de maximizar o uso de mão-de- obra e de capital, enquanto os elementos naturais utilizados e os efluentes gerados não recebiam o menor tipo de consideração em função da sua aparente abundância. Em decorrência, como os elementos naturais utilizados e os efluentes gerados ficavam inteiramente à margem da economia, criou-se um viés teórico.

Este viés teórico era colaborado pela base da teoria econômica gerada durante o século XIX, onde a noção de riqueza era identificada com a de preço. Como preço é determinado por uma conjugação entre custos, escassez relativa e demanda, a abundância era tida como não-valor, não riqueza, sendo que, os incrementos dos custos gerados pelo sistema econômicos eram vistos como riqueza. A compreensão desse erro conceitual é essencial para se perceber como a questão natural ficou à margem da Teoria Econômica. Franco, ainda afirma que “os primeiros movimentos críticos em relação ao viés da teoria econômica adotada começaram a surgir na década de 60” (2000, p. 40)

Ao final da década, uma organização não-governamental, o Clube de Roma, contratou uma equipe de cientistas com objetivo de elaborar uma projeção a partir da realidade econômica da época sob o prisma ambiental. O relatório gerado foi chamado de Limites ao Crescimento e as previsões nele constantes foram catastróficas já para as primeiras décadas do século XXI. Mesmo que tenha rapidamente desencadeado várias avaliações contrárias, a questão natural, dali em diante, faria parte da teoria econômica, tanto em nível de insumos, como dos efluentes e rejeitos.

O conceito de sustentabilidade está diretamente vinculado a uma relação entre o ser humano e a natureza que, por sua vez, conserva o meio ambiente. Outra relação do conceito de sustentabilidade que pode ser feita é com o conceito de ética. Esta relação surge da preocupação da quantidade e da forma de se consumir atualmente os estoques naturais com a imaginária necessidade de consumo dos mesmos para as gerações futuras. Tal análise se apoia na concepção de Franco, citar que a “*Sustentabilidade diz respeito, a um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido características que lhe conferem capacidades auto criativas*” (2000, p. 34).

O conceito de desenvolvimento não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de uma economia, de sociedade e do próprio ser humano. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade, e que o desenvolvimento tenda a ser criativo com manejo ecológico.

Não podemos mais avançar com metas de desenvolvimento impostas pelas políticas econômicas neocolonialistas dos países chamados desenvolvidos, ocasionando

um enorme aumento da miséria, da violência e do desemprego, não podemos prosseguir com um modelo econômico, com ajustes por vezes criminosos, no qual se ignora valores étnicos que levam à desestruturação de povos e nações. A ideia desenvolvimentista foi e continua cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais que não foram vistas a não ser através de óculos quantitativos. O sistema de mercado não existe para satisfazer as necessidades das pessoas, mas sim para atender aos desejos dos consumidores e a lucratividade dos produtores.

Não podemos aceitar uma sociedade acomodada, sem saúde, vitalidade, sem cultura e fundamentalmente sem capital natural e consciência ambiental.

Machado (1994, p. 9), afirma que:

Uma sociedade sustentável é aquela que assegure a saúde e a vitalidade da vida e cultura humanas e do capital natural, para a presente e futuras gerações. Tais sociedades devem parar as atividades que servem para destruir a vida e cultura humanas e o capital natural, e conscientizar-se por uma via educacional para conservar o que existe, recuperar o que foi destruído, e prevenir futuros danos.

A cada nova proposta educativa surgem as já esperadas reações advindas de ambos os polos classistas. Assim, acontecem as transformações necessárias, porém, cautelosas, ligadas à educação ambiental ampliada por uma proposta global de preservação do meio ambiente autossustentável.

Os problemas ambientais afetam todos os indivíduos, mas uns são mais afetados do que outros. A dinâmica das classes sociais não desaparece diante das dinâmicas ambientais.

Segundo o relatório base para a discussão da Agenda 21 Brasileira (2004), para alcançar a sustentabilidade são necessárias, antes de tudo, a elaboração e a implementação de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida, tanto no espaço urbano quanto nas áreas rurais, integrando os territórios, seus recursos naturais e seus habitantes.

No Brasil, de Norte a Sul, assistimos, ao longo da última década do milênio, a consolidação de um novo cenário social e político, que sinalizam mudanças, apesar de distantes dos marcos da sustentabilidade definidos em documentos oficiais e internacionais. Transformações de realidades regionais que nos remontam quadros sociais e econômicos desenhados nos dois últimos séculos de criação do Brasil.

O Brasil é um país com imensa possibilidade de implementar um padrão sustentável com atividades econômicas vitais para o desenvolvimento. O imediatismo e o empirismo ainda comandam o cálculo de muitos atores, desde o planejador (que tem ao menos a possibilidade de ser mais prudente) até o mais pobre agricultor que não pode deixar de caçar um tatu, nem de cortar uma árvore para ter o que comer e como cozinhar seu alimento. Nos últimos anos os “sustentabilistas” têm avançado muito, mas há a necessidade imperiosa de o setor produtivo privado – ou seja, os empresários-se convencerem da necessidade de “limpar” seus processos produtivos. Como os empresários não são muito permeáveis a argumentos ambientalistas e como os ambientalistas preferem não conversar com os empresários, cria-se uma lacuna fatal para qualquer esperança de disseminação dos projetos da sustentabilidade.

A presença simultânea de pobreza e fartura no nosso planeta cria diferentes problemas resultantes não somente da própria pobreza e fartura, mas das ligações entre as duas. Se uma pessoa rica possui todas as boas terras do vale, então, as pessoas pobres serão forçadas a cultivar as encostas propensas à erosão; se um país rico oferece bons preços pela carne importada, um país pobre vai derrubar suas florestas tropicais para criar gado a fim de produzir aquela carne.

Assim, como os problemas ambientais não são simples funções de riqueza, as soluções ambientais também não. Algumas sociedades pobres em termos materiais desenvolveram modos sofisticados de proteger seu ambiente e de usá-lo de forma produtiva e sustentável.

O desenvolvimento sustentável não é centrado na produção, mas nas pessoas. Elege como seu recurso básico a iniciativa criativa das pessoas e como objetivo fundamental o seu bem-estar espiritual.

O desenvolvimento centrado nas pessoas respeita essas estratégias e procura melhorar a capacidade das comunidades para resolverem seus próprios problemas. Como pode uma população cada vez maior viver neste planeta sem danificar o sistema natural do qual suas vidas dependem? O que é necessário para sustentar o desenvolvimento econômico, não por alguns anos ou séculos, mas para todos os países até um futuro distante?

O progresso econômico dos países depende das riquezas naturais. Quando a atividade econômica destrói nossa base de recursos, o desenvolvimento é prejudicado. No entanto, sem crescimento econômico, a pobreza não é aliviada em muitos países, o que aumenta as pressões sobre meio ambiente.

Os autores afirmam que a verdadeira conscientização da importância da preservação ao meio ambiente não é só a informação e sim o respeito, o carinho e acima de tudo a educação ao meio ambiente para um desenvolvimento sustentável.

Espera-se que a sociedade civil organizada e as instituições governamentais responsáveis pela educação ambiental possam vir a caminhar juntos para a construção de uma cidadania ambiental sustentável que não desconheça os desafios que nos coloca a construção do desenvolvimento sustentável com justiça social para todos.

No que tange a Informação Ambiental, a expansão desenfreada causada pela revolução industrial disseminou uma falsa ideia de que os ecossistemas poderiam sustentar indiscriminadamente o desenvolvimento econômico e que seria capaz de se recuperar de todas as agressões impulsionadas pela produção ilimitada de bens.

A transição da civilização agrária para industrial, com o fomento da moeda como via de troca, represento a ruptura no que concerne na relação harmônica entre homem e natureza, agora o mundo se pergunta qual o mecanismo que poderemos usar para termo de volta essa civilização de manejo? Nesse enfoque, a informação é considerada um grande pilar para esse alcance na sociedade pós-moderna. Nesse caminho, a informação toma ampla dimensão, pois se configura como todo e qualquer elemento referencial contido em um documento, seja ele, impresso, eletrônico ou audiovisual (Albagli, 1995).

Em diferentes meios e suportes, ela é encontrada e, utilizada, compondo-se, em um artefato indispensável que está em todas as áreas do conhecimento, difundida por fontes de informações que se constitui em um veículo de ampla importância no desenvolvimento da pesquisa científica e na disseminação do conhecimento, de forma primária, secundária, terciárias, ramificadas em sistemas de informações, periódicos, banco de dados em canais, trabalhos acadêmicos, projetos, centros de pesquisas, laboratórios, vídeos, filme, livros, feiras, atlas, mapas, sites, portais, entre outros, que nos subsidiarão para tomada correta de decisões.

Quando trata-se de meio ambiente, a informação passa a está ligada a multidisciplinaridade, pois, configura-se, em uma área ligada a campos científicos heterogêneos, associando aspectos econômicos, políticos, administrativos, e as alusões sociais. Sendo que dá implicação social é que surgem as dimensões conceituais da informação no campo ambiental para uma prática de Educação ambiental e consequentemente o Desenvolvimento Sustentável (Albagli, 1995).

Deste modo, a informação ambiental como obra científica e tecnologia, têm o papel primordial na superação da crise ambiental do presente. Com sua teoria e prática, torna-se, crucial a partir do momento em que é captada, disseminada com qualidade. E quando fala-se em atributos, preocupa-se, para que seja utilizada de forma correta e produzida a partir das necessidades locais, com pesquisas, confiabilidade, período, reajuste, acessibilidade e compreensão adequada.

O bom uso da informação ganha um caráter ainda mais imprescindível, torna-se, um elemento categórico aos pesquisadores, ao planejamento e ao acultramento da sociedade, pois todos têm direito à informação e torna-se uma cláusula constitucional brasileira lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, art. 4º, inciso V atrelada a Política Nacional para o Meio Ambiente (PNMA), conforme preconiza o art. 9º, inciso VII, do Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (SINIMA), que presumi a publicação de dados ambientais, obrigando o poder público a divulgá-los devendo ser aplicados de forma unânime segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Resolução 2317 – A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10/12/1948 (Cunha, 2001)

Ainda no que tange as leis ao direito à informação, o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente dispõe em seu art. 11º, lei nº 01, de 23 de janeiro de 1986 que tanto o EIA – Estudo de Impacto Ambiental como o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental será acessível ao público por ilustrações em mapas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação, tendo suas cópias disponíveis aos interessados nos centros de documentação do IBAMA a nível nacional e SEMA a nível estadual para sua reflexão (Cunha, 2001)

No entanto, quando o direito a informação é violado, constitui um atraso aos direitos do cidadão, infringindo na liberdade de opinião, e na construção de novas ideias.

Atualmente, há uma grande quantidade de informações sobre a temática ambiental, de forma dispersa e sistematizada. Mais a barreira a busca ao incentivo as informações ainda pesam em nosso país. Estudo revelado pelo Ministério Do Meio Ambiente, concluiu que os brasileiros continuam se sentindo pouco informado sobre os assuntos relativos ao meio ambiente.

Os diferentes parceiros públicos, privados e outros segmentos sociais, caminham ainda em passos curtos para democratização da informação, onde todos possam ter acesso à mesma. Entretanto, esses passos curtos começam a ser detectados a partir do momento que, nota-se, em âmbito privado a iniciativa em executarem planos e estratégias, concebidas a luz da legislação ambiental vigente e do perfeito conhecimento das exigências governamentais.

Ao mesmo tempo o setor público nas esferas Municipal, Estadual e Federal, como máquina fiscalizadora e arrecadadora de tributos começa a atuar de forma mais branda, garantindo produção e prestação de informações relativas ao meio ambiente, para apreciação da opinião pública. Do mesmo modo as ONG's (Organizações Não Governamentais), que tem um papel atuante no enfrentamento dos problemas ambientais, operando no interesse público de forma direta, na prestação de serviços, e no desenvolvimento de projetos e luta pela sustentabilidade, possa estimular a sociedade ater o ato de conservar o que existe, recuperar o que foi destruído e prevenir futuros danos.

Diante da conjuntura atual e levando em conta o modelo de desenvolvimento adotado por muitos países, a informação ambiental passa a ocupar um importante espaço na esfera global.

Albagli (1995, p. 2) afirma que:

A informação relacionada ao tema ambiental deixou de ser visto como problema restrito ao meio – técnico – científico, ocupando lugar proeminente na agenda política tanto dos países individualmente, quanto das negociações por eles travadas na área internacional. Os temas relativos ao meio ambiente passaram a ser objetos de preocupação e debate por parte da mídia, das entidades representativas da sociedade civil organizada (particularmente as Organizações Não Governamentais – ONG's) e da opinião pública em geral, das empresas,

dos governos, das instituições e organizações internacionais.

As conferências mundiais que será contextualiza nesse trabalho, configuram-se como processo histórico da Informação Ambiental tendo grande relevância ao movimento ambientalista. Neste processo, Estocolm 1972 e Eco-92, acabaram com o passar dos tempos, disseminando novas ideias e compreensões que culminaram com o ganho de novos adeptos a causa ambiental, tornando-se, crescente em todo mundo. A primeira intensificou os passes da Educação ambiental e a segunda mudou o termo Eco desenvolvimento criado em 1980, substituído por um novo modelo de crescimento, o sustentável pautado em dimensões política: Econômica, cultural, ecológica, social e científica que possa garantir saúde, bem-estar e acima de tudo informações para os bons atos.

Cabe ressaltar que na Rio – 92 foi implementada a adoção por 179 países a agenda 21, nomenclatura dada ao novo século, programa que transformando-se em um importantíssimo documento contendo mais de 900 páginas, divididas em 40 capítulos, com informações ambientais como: pobreza, mudanças nos padrões de consumo, população, saúde humana, política de sustentabilidade, proteção da atmosfera, resíduos perigosos, recursos naturais e promoção da consciência ambiental. Este documento como fonte de informação, pode ser encontrado em diversas instituições de pesquisa e centro de documentação da área ambiental (Cunha, 2001).

A ESCOLA BOSQUE: HISTÓRIA E CONTEXTO

Fundada em 1993, através da prefeitura de Belém, na administração do Exmo. Sr. Hélio Gueiros, a Escola Bosque, centro de referência em Educação Ambiental Professor geógrafo Eidorfe Moreira, foi criada com o propósito de atender às demandas educacionais da população ribeirinha e insular de Belém, com um foco especial na preservação ambiental. Localizada na Ilha de Caratateua, em Outeiro, a escola se insere em um ecossistema rico e diverso, sendo cercada por áreas de floresta de várzea, manguezais e igarapés. Esse cenário propicia um ambiente único para o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradas à realidade socioambiental da região.

A escola, em seu projeto político pedagógico, possui uma orientação educacional interdisciplinar e inovadora, na qual os currículos escolares são adaptados para incluir o

estudo das dinâmicas ecológicas locais, o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos saberes tradicionais da comunidade da ilha.

A ESCOLA BOSQUE E SUA PROPOSTA PEDAGÓGICA SUSTENTÁVEL

A Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira está situada em uma região insular de Belém do Pará, cercada por manguezais e floresta tropical, na ilha Caratateua, em Outeiro, na Av. Nossa Senhora da Conceição s/n, localizada a 35km de Belém, ocupando uma área preservada como parque zoobotânico de 120.000 m² de mata secundária equivalente a 25 ha. sendo 4.100 m de área construída. O acesso, pode ser tanto via fluvial pelo Rio Maguari, ou pela Rodovia Augusto Montenegro seguindo pela estrada de Outeiro.

Seu projeto pedagógico é pautado na valorização da biodiversidade local e no envolvimento da comunidade na preservação ambiental, tornando-se um exemplo inovador e singular de educação voltada para a sustentabilidade e para a valorização dos ecossistemas amazônicos. Como destacado por Silva (20), *“a valorização do conhecimento tradicional é essencial para o desenvolvimento de estratégias de conservação, especialmente em comunidades amazônicas.”*

A proposta da escola alia conhecimentos científicos e saberes tradicionais, promovendo atividades práticas, como o manejo sustentável de recursos naturais, hortas escolares e projetos de reflorestamento. Além disso, são realizados projetos interdisciplinares que abordam temas como reciclagem, gestão de resíduos e educação sanitária, visando à formação de cidadãos ambientalmente responsáveis (Reigota, 2010).

METODOLOGIA DE ENSINO E PRÁTICAS AMBIENTAIS

A proposta pedagógica da Escola Bosque é baseada nos princípios da Educação Ambiental crítica, articulando conteúdos teóricos e práticos. Entre as principais práticas desenvolvidas, destacam-se:

- **Hortas comunitárias e agroecológicas:** Os estudantes aprendem técnicas de cultivo sustentável, promovendo a segurança alimentar e a conservação dos solos.
- **Monitoramento ambiental:** Atividades que envolvem a observação e análise

de ecossistemas, como manguezais e florestas de várzea, incentivando a pesquisa científica desde a infância.

• **Projetos culturais e ambientais:** A escola promove eventos que integram música, dança e artes visuais, conectando a cultura amazônica às questões de sustentabilidade.

• **Valorização dos saberes tradicionais:** O conhecimento de pescadores, agricultores e artesãos locais é incorporado às atividades escolares, fortalecendo a identidade cultural da comunidade.

IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA ESCOLA BOSQUE

A Escola Bosque não apenas transforma a realidade educacional da comunidade de Outeiro, mas também contribui para a preservação dos ecossistemas locais. Segundo Silva e Barbosa (2018), a escola é um exemplo prático de como a Educação Ambiental pode ser implementada em contextos reais, promovendo uma mudança efetiva no comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente.

Entre os impactos positivos da instituição, destaca-se o fortalecimento da identidade cultural e ambiental dos alunos, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a participação ativa da comunidade em projetos sustentáveis. Além disso, a Escola Bosque serve como um espaço de pesquisa e referência para outros projetos educacionais no Brasil e no mundo.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apesar dos avanços, a Escola Bosque enfrenta desafios como a falta de recursos financeiros, a necessidade de maior integração com políticas públicas e a pressão urbana sobre os ecossistemas locais. Como ressaltam Guimarães e Loureiro (2007, p. 10), “para que iniciativas como essa tenham continuidade é indispensável o apoio governamental e a mobilização da sociedade civil.”

Ainda assim, a Escola Bosque continua sendo uma referência pedagógica que concilia educação e sustentabilidade, empenhando-se em gerar impactos significativos na

comunidade local, promovendo a busca de uma conscientização ambiental, resiliência econômica e fortalecimento das identidades culturais, para uma sustentabilidade local.

Contudo, desafios persistem, como o financiamento adequado para manutenção das atividades, a necessidade de formação continuada para professores e a pressão crescente do desenvolvimento urbano na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Bosque reafirma a importância da Educação Ambiental como um instrumento de transformação social e preservação ambiental. Suas práticas e metodologias demonstram que é possível integrar educação, cultura e sustentabilidade em prol de um futuro mais equilibrado e consciente. Nesse sentido, a Escola tem em seu currículo, o papel de mostrar como a educação pode ser uma ferramenta poderosa para promover mudanças estruturais na sociedade. Contribuindo para a formação de cidadãos críticos e engajados na preservação ambiental.

Contudo, é de suma importância investir em políticas públicas educacionais que promovam iniciativas similares em outras regiões. Investir em escolas que integram educação, ecologia e cultura é fundamental para a construção de um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21 GLOBAL. Governo do Estado do Pará. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Imprensa Oficial do Estado**. Belém – PA, s/d.
- BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- DIEGUES, A. C. (2001). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC.
- FRANCO, Augusto. **Além da Renda**. Brasília: Milenium/ Instituto de política, 2000
- GUIMARÃES, M.; Loureiro, C. F. B. (2007). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. São Paulo: Cortez.
- LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Crítica: contribuições à formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MACHADO, Jose Alberto: **Terra Incógnita: Reflexão sobre a Globalização e o Desenvolvimento Sustentável**. Belém – Pa. UFPA, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira**: histórico e missão. Disponível em: <https://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

REIGOTA, M. (2010). **Educação Ambiental**: um campo em construção. São Paulo: Cortez.

SILVA, R. A.; Barbosa, J. P. (2018). “Educação Ambiental e sustentabilidade: uma análise da Escola Bosque”. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 13(2), 45-58.

UNESCO. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável**: objetivos e desafios. Brasília: UNESCO, 2020.

Submissão: outubro de 2024. Aceite: novembro de 2024. Publicação: março de 2025.